

Ações extensionistas da UFU nos assentamentos rurais de Ituiutaba – MGSérgio Gonçalves¹

Resumo: O desenvolvimento do presente projeto de extensão permitiu a interação entre comunidade dos assentamentos e a Universidade em um trabalho de dois anos onde foram empreendidas ações como palestras, oficinas, dias de campo, reuniões, levantamento de dados e debate sobre as informações colhidas em diagnóstico para interpretação da realidade local, proposição de ações para fortalecimento social e político das comunidades. Priorizou-se a participação ativa, a valorização da mulher assentada, a busca pelo desenvolvimento econômico e a geração de renda no meio rural. Os resultados obtidos foram: a reestruturação, por parte de alguns assentados, da produção, mediante a instalação de agroindústrias rurais, aproveitando os conhecimentos obtidos nos cursos, incrementando a sua produção e renda; a construção de uma relação amistosa entre assentados e Universidade; o associativismo na produção; um maior protagonismo das mulheres assentadas; ampliação da ação institucional nos assentamentos rurais; participação política das famílias no debate sobre sua realidade e a busca por soluções das situações problema.

Palavras-chave: Pesquisa e Extensão, Assentamentos Rurais, Desenvolvimento rural sustentável .

Abstract: The development of this extension project allowed interaction between the settlement community and the University in a two-year work where actions such as lectures, workshops, field days, meetings, data collection and debate on the information collected in diagnosis were carried out. Interpretation of the local reality, proposition of actions for social and political strengthening of the communities. The active participation, the valorization of the settled woman, the search for the economic development and the generation of income in the rural environment were prioritized. The results obtained were: the restructuring, by some settlers, of the production, through the installation of rural agroindustries, taking advantage of the knowledge obtained in the courses, increasing their production and income; the construction of a friendly relationship between settlers and the University; the associativism in production; a greater role of settled women; expansion of institutional action in rural settlements; political participation of the families in the debate about their reality and the search for solutions of the problem situations.

Keywords: Research and Extension, Rural Settlements, Sustainable Rural Development.

¹ Prof. Dr. na Universidade Federal de Uberlândia. geographise@ufu.br

Introdução: Os movimentos de luta pela terra e a formação dos assentamentos rurais de Ituiutaba.

Os assentamentos rurais são expressões de conquistas nos contextos históricos dos movimentos socioterritoriais no campo (FERNANDES, 2000). Essas expressões são discutidas e construídas desde as ocupações de terras até os acampamentos. A luta pela Reforma Agrária não termina com a conquista dos assentamentos, que, na verdade, são o início de novas jornadas em curso no processo de democratização da terra e dos outros meios de se viver nela. Os assentamentos representam a continuidade da luta pelo território, na difícil tarefa de reconstrução da agricultura familiar, conforme Bergamasco (2003) e FAO/INCRA (1992).

Os assentamentos rurais de Ituiutaba são territórios conquistados no dinâmico processo de espacialização e consolidação da luta dos movimentos socioterritoriais do campo que atuaram fortemente no Triângulo Mineiro pelas décadas de 1990 e 2000, conforme Cruz (2018).

Em Ituiutaba, segundo Cruz (2018), as lutas empreendidas pelos sem terra resultaram na conquista de quatro assentamentos rurais, a saber Chico Mendes (49 famílias), Divisa (27 famílias) e Engenho de Serra (60 famílias).

O processo de espacialização implantação dos assentamentos ituiutabanos iniciou em um município vizinho, Santa Vitória (MG), no distante ano de 1997, onde aproximadamente 205 (duzentas e cinco) famílias ocuparam a fazenda Gilbram, sob articulações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

As famílias acampadas na fazenda Gilbram foram despejadas mediante ordem judicial obtida pelo fazendeiro. Como maneira de insistir na luta pela terra, ocuparam outras fazendas na região. Essa situação conflituosa chamou a atenção das autoridades, sobretudo pela ameaça de pistoleiros e a iminência de mortes no campo no Triângulo Mineiro. Assim, as autoridades convidaram as lideranças dos sem terra para reuniões no INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Belo Horizonte em 1997.

Dessas reuniões e da ativa ação do Governo Federal via INCRA, ocorreu a desapropriação da Fazenda Gilbram em Santa Vitória. Porém, como era uma fazenda pequena

em termos de área, ocorreu o assentamento de apenas 27 (vinte e sete) das 205 (duzentas e cinco) famílias ali acampadas (CRUZ, 2018).

Como o problema não foi resolvido em Santa Vitória, e estudando a realidade agrária de fazendas na região, mediante informações obtidas no INCRA, as demais famílias acampadas seguiram para o município de Ituiutaba (MG). Sob a articulações do MST e apoiados pela Igreja Católica, ocuparam as fazendas Vargem Grande, Divisa, Chalon, Engenho da Serra e Terra Rica, todas no dia 05 de julho de 1999. Estas fazendas, com aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) alqueires de terra, encontravam-se improdutivas e estavam em processo adiantado de desapropriação, segundo relatos de um dos líderes do movimento no período da ocupação.

O processo de ocupação das fazendas no município de Ituiutaba (MG) ocorreu de forma pacífica, não havendo conflito direto com os latifundiários, posto que as terras estavam em negociação entre fazendeiros e o INCRA desde 1996.

Os sem terra acamparam nas fazendas ainda em 1997 e o assentamento nos projetos de assentamento Chico Mendes (49 famílias), Divisa (27 famílias) e Engenho de Serra (60 famílias) ocorreu em 2000, ano em que se efetivou a desapropriação e a criação dos referidos assentamentos.

Conforme Cruz (2018), no dia 07 de janeiro de 2001, durante reunião entre os assentados e as lideranças do MST, foram definidos os regimentos da organização social interna dos assentamentos, mediante a formação de associação de produtores, bem como a dinâmica de sorteio dos lotes, definida da seguinte forma: em cada assentamento as famílias seriam divididas em grupos, contendo no mínimo 06 (seis) e no máximo 15 (quinze) famílias. Após definidos, os grupos passariam por um sorteio, objetivando definir o lote pertencente a cada família, as quais deveriam mudar-se do lugar onde moravam nas terras ocupadas para seus respectivos lotes em 90 (noventa) dias após a data do sorteio, ocorrido no dia 10 de março de 2001.

Após o sorteio dos lotes, as famílias recebiam uma cesta básica por família do INCRA a cada 90 (noventa) dias para garantir sua alimentação. Como as famílias eram compostas por 04 (quatro) pessoas em média, estas tiveram dificuldade de acesso ao alimento, dessa forma, os líderes do assentamento selecionavam grupos de pessoas que ficavam responsáveis por adquirir alimentos. Muitas doações foram cedidas pela igreja católica e pelas escolas do município de Ituiutaba, demonstrando apoio da população para com os acampados.

Consoante relatos dos assentados, as famílias encontravam resistência do comércio local para a compra de alimentos e não recebiam qualquer apoio dos latifundiários, pelo contrário, eram ignorados quando estavam na estrada em busca de carona para chegarem até à cidade.

No fim do ano de 2001, as famílias assentadas receberam subsídio (credito habitação) fornecidos pelo INCRA. O valor de R\$ 2.500 (dois mil e quinhentos reais), em parcela única, estaria disposto à construção da casa, este subsídio deveria ser restituído após três anos de carência. Além disso, receberam o fomento no valor de R\$ 1.400 (mil e quatrocentos reais), em parcela única, destinado à compra de alimentos e ferramentas de trabalho. No mesmo ano, as famílias foram beneficiadas pelo PRONAF A, formado por beneficiários dos programas de Reforma Agrária e Crédito Fundiário, os quais podem receber recursos para investimento, menor taxa de juros e maior nível de subsídio.

Assim, tal injeção de recursos de o arranque inicial ao processo de passagem da condição de acampados para a condição de produtores rurais, que estruturaram seus lotes construindo casas, cercas, poços, arando as terras, cultivando lavouras, comprando gado leiteiro e iniciando diversos sistemas produtivos, entre os quais pecuária leiteira, fruticultura, criação de pequenos animais (suínos e aves), além do plantio de hortaliças, de maneira que pouco a pouco se inseriram no mercado local regional como produtores rurais.

O processo de territorialização dos sem terra nos assentamentos rurais ituiutabanos representou uma nova etapa na vida dos agricultores assentados, pois enfim poderiam ter seu “pedaço” de terra para cultivar e residir. Apesar das dificuldades enfrentadas durante o processo, como a moradia em casas de lona, preconceito e dificuldade financeira, o fato de ter acesso à terra, conquistada com luta, fez com que os agricultores assentados continuassem buscando maneiras de viver da terra e do assentamento prosperar.

Vale ressaltar a relevância do papel do INCRA, como órgão de assistência aos assentados, do PRONAF, como condicionante de subsídios que propiciam o desenvolvimento do assentamento. Sem ambos, as condições de moradia e cultivo poderiam se agravar.

Assentamento rural como locus de reprodução da agricultura familiar.

A agricultura familiar, com aplicação nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire significações. Ao buscar na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontram-se vertentes diversas, dentre as

quais se destacam duas: uma, ideia modernizada, considera a agricultura familiar gerada pelas transformações provenientes do capitalismo e outra que defende o conceito de agricultura familiar, vertente em evolução, possuindo relações com a agricultura camponesa. A definição de agricultura familiar adotada nesta seção reúne as concepções de Januário (2013), Abramovay (1992) e Mendes (2005).

Em relação às abordagens conceituais da agricultura familiar, Januário (2013) afirma serem agricultores familiares aqueles que praticam atividade do meio rural, atendendo aos seguintes requisitos: a) não detenha, a qualquer título, área maior que quatro módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas desenvolvidas em seu estabelecimento ou empreendimento; c) tenha renda familiar, em sua maior parte, originária das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família.

De acordo com esta abordagem, aponta-se o estudo realizado em 1994 pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o INCRA, que definem a agricultura familiar com base em três características: i) a gerência da propriedade rural é feita pela família; ii) o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família e iii) os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à posse da terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Bianchini (2005) dividiu os agricultores familiares em 4 tipologias de acordo com a renda, assim representados: tipo A – agricultores familiares capitalizados; tipo B – agricultores familiares em processo de capitalização; tipo C – agricultores familiares em níveis de reprodução mínima e tipo D – agricultores familiares abaixo da linha de pobreza.

A divisão por tipologia de agricultores familiares é referencial importante para a implementação de políticas públicas distintas de acesso ao crédito a cada categoria. A metodologia do estudo utilizou, como principal critério de encaixe nos diferentes tipos, a relação renda total e salário com base no valor do custo de oportunidade. O valor do custo de oportunidade foi baseado no valor da diária média estadual na agricultura, acrescida de 20% e multiplicando-se pelo número de dias úteis.

As classificações citadas constituem apenas uma amostra do grande universo de tipologias e classificações propostas para o Brasil. Essas classificações apontam para a diversidade de situações na agricultura familiar, desde o produtor tecnificado e integrado aos

mercados até a produção de subsistência e complementação com trabalho assalariado fora da propriedade. Os critérios mais frequentemente utilizados para diferenciar os tipos estão relacionados com: tipos de tecnologia empregada, orientação para subsistência/ mercado, tamanho da propriedade e grau de capitalização. Por isso, quando se fala de agricultura familiar está se referindo a um universo diversificado.

Dados apresentados pelo INCRA (1996) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) revelaram que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira são oriundos da agricultura familiar. Ainda conforme o INCRA (1995), 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares, cerca de 70% do feijão consumido pelo país, 84% da mandioca, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos (VENÂNCIO, 2008).

Os dados apresentados pela FAO/INCRA evidenciaram a contribuição da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro, elucidando o potencial que esse segmento detém para a geração de emprego e renda no campo. Todavia, devido às condições vulneráveis em que se encontra, necessita de uma política especial voltada para esse segmento da agricultura.

Para FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) o conceito de agricultura familiar é definido a partir das seguintes características: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1996).

A agricultura familiar é diferenciada no que se refere a dimensão econômica da família. No estudo de 1996, a FAO classificou os agricultores familiares em três grupos de acordo com a renda adquirida por eles:

- 1) Existe um setor de Agricultura Familiar nos moldes do family farm americanos da ordem de 1.150.000 produtores (Grupo A) distribuído nas diversas regiões do país, porém mais concentrado no Sul. Este setor

gera uma renda monetária média de 57,1 salários mínimos e possui uma área média de 32,1 hectares.

2) Existe também um setor chamado de transição, da ordem de 1.020.000 estabelecimentos (com área média de 16,1 hectares), que se não receberem apoio imediato das políticas agrárias e agrícolas, podem se transformar num grupo periférico.

3) O segmento dos periféricos agrupa 2.168.000 unidades (com área média de 13,7 hectares), das quais 1.155.603 estão localizadas no Nordeste (...) Na medida em que sua integração nos mercados é mínima (quase zero de renda monetária), este setor deve ser alvo prioritário de políticas agrárias visando a reestruturação de seus sistemas produtivos e de políticas sociais. (FAO/INCRA, 1996).

Fruto da pressão popular para a distribuição de terras no País, os assentamentos rurais dão um perfil novo ao campo brasileiro, pois significam a reconstrução da agricultura familiar pelo desmembramento das grandes fazendas em pequenos estabelecimentos rurais, criando um novo patamar de desenvolvimento econômico e social no meio rural.

O esforço para incorporar esses produtores assentados às economias regionais esbarra não apenas no necessário estímulo a esses projetos, como também na melhoria generalizada das condições socioeconômicas da agricultura familiar tradicional (esta entendida como aquela já instalada há tempo). Logo, uma dimensão importante do desenvolvimento nos assentamentos rurais são as políticas públicas executadas pelo Estado, sobretudo a política de financiamento rural via PRONAF e os programas de extensão executados pelas Universidades.

As políticas públicas voltadas à agricultura familiar e o desenvolvimento nos assentamentos rurais.

Quando o poder público implanta a política federal voltada para este segmento - o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - ou quando cria a Lei 11.326/2006 - a primeira a fixar diretrizes para o setor - a opção adotada para delimitar o público fica a cargo do uso funcional do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social.

As políticas públicas voltadas para esse segmento são apresentadas nesta seção, com ênfase no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sob as perspectivas de Guimarães (2015) e Sabourin (2007).

O marco histórico da inserção da agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF) no ano de 1996. A princípio, o PRONAF ficou sob a governança do Ministério da Agricultura. Porém, desde seu surgimento, passou por diversas alterações e aperfeiçoamentos para ter maior capacidade de operacionalização. Atualmente, a administração do programa pertence ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O PRONAF oferece aos agricultores a obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas à realidade da agricultura familiar; o aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade; e para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito em até cinco anos (GUIMARÃES, 2015).

Em sua trajetória, o PRONAF foi implantado em todas as grandes regiões e Unidades Federativas (UFs), em diferentes níveis de intensidade, resultado das mudanças no desenho normativo no programa. Entre estas mudanças, merece destaque a estratificação do público potencial do crédito rural. Consoante as regras do Plano Safra 2007/2008, podem acessar os financiamentos do PRONAF as famílias de agricultores assentadas da Reforma Agrária e do crédito fundiário, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias ou não agropecuárias no meio rural. Para tanto, eles precisam comprovar, mediante Declaração de Aptidão (DAP), que se enquadram na categoria - agricultura familiar. A DAP, no caso de assentamentos de Reforma Agrária é fornecida pelo INCRA, em outros casos pode ser emitida pelos sindicatos de trabalhadores rurais ou pela EMATER (GUIMARÃES, 2015).

O PRONAF propicia o financiamento de atividade agrícolas com a finalidade de atender às dificuldades de acesso ao crédito do agricultor familiar e minimizá-las, melhorando sua condição de vida no campo e se transformando em um dos principais apoiadores dessa agricultura.

Extensão e Pesquisa em assentamentos rurais – o papel da Universidade.

Em nossa visão, a indissociabilidade entre a Extensão, a Pesquisa e o Ensino, bem como a necessidade de execução integrada dessas atividades na formação universitária, de profissionais comprometidos com as realidades da maior parte da população, exigem a interação sistemática e expressa entre Universidade e Sociedade Civil, por meio da atuação em situações

sociais que demandam da divulgação do conhecimento para o desenvolvimento social e tecnológico.

Trata-se essencialmente, para a Universidade, de estar atenta ao contexto dos problemas sociais e à necessidade de persistir na elaboração de avaliações críticas acerca da realidade, num esforço para a superação de seus próprios problemas.

A questão da cidadania constitui recorte prioritário, sob este aspecto, e demanda da Universidade um desempenho de papel efetivo no processo de transformação social.

Entende-se, neste sentido, que o saber, produto do trabalho universitário, não está pronto e acabado, mas é premente a sua difusão. Ao contrário, a construção desse saber, sua definição e contornos, dependem da sensibilidade da Universidade para enxergar os problemas sociais, agindo no sentido de desdobrá-los não apenas a partir da produção do conhecimento em geral - que se acresce ao estoque do saber humano - mas, ao mesmo tempo, se constituam em resposta às lacunas que a sociedade brasileira, no plano de sua especificidade histórica, apresenta.

A Universidade nem sempre vem cumprindo tais funções e engajando-se nesta dinâmica, sendo digno de nota a pouca sistematização de seus programas e projetos relacionados à superação da desigualdade social. Estas lacunas são tanto mais graves quando se trata de Universidade Pública, cuja vida depende essencialmente de recursos e investimentos disponibilizados pela sociedade como um todo.

Cabe, deste modo, incentivar a atuação extensionista para, de modo especial, intensificar o relacionamento Universidade/Sociedade e possibilitar a produção de um conhecimento comprometido com as questões sociais, permitindo à Instituição de Ensino Superior, inserir-se no processo de construção da cidadania e, ao mesmo tempo, abrir perspectivas de constante processo de reflexão crítica da Universidade sobre si mesma.

A aproximação da Universidade às questões sociais representa, portanto, elemento instigador do dinamismo da instituição. Esta característica é potencializada, no que se refere à UFU – Universidade Federal de Uberlândia, pela presença, como ressaltamos acima, da instituição em diferentes espaços geográficos do Triângulo Mineiro, seja em Uberlândia (Campus Sede), seja em Ituiutaba (Campus do Pontal), na FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal).

As áreas de Assentamento de Trabalhadores Rurais no Pontal do Triângulo Mineiro foram definidas como prioridade para o projeto de atuação extensionista de diversos docentes

da UFU, de maneira que integramos um grupo de pesquisadores que trabalham nestes espaços sociais.

A definição deste objeto de interesse tem fundamento na noção de que a ação acadêmica da Universidade brasileira, particularmente da Universidade Pública, cabe priorizar os segmentos sociais que vêm sendo histórica e sistematicamente excluídos de direitos e da consciência da cidadania.

Por outro lado, o recorte deste objeto se estabeleceu a partir do entendimento de que o reforço à cidadania plena, por parte da Universidade, demanda sua articulação a instituições, organismos e movimentos da sociedade civil e classe política, interessados pois em transformar o quadro de exclusão social vigente. Privilegiou-se, sob tal ângulo, o Assentamento de Trabalhadores Rurais não apenas enquanto proposta de política pública, mas também na condição de demanda e conquista de movimentos sociais organizados e de sindicatos de trabalhadores, que empunham a bandeira da democratização do acesso à terra no Brasil.

Tais definições e entendimentos articulam-se aos princípios gerais da atividade de extensão universitária, entre os quais menciona-se a necessidade de propiciar a formação individual e dos cidadãos, de priorizar ações junto a comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem potencializar sua organização política, de desenvolver ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e movimentos sociais.

Cabe destacar, nesse plano, a definição de que é necessário estimular, por meio da atuação extensionista, a identificação de oportunidades, demandas e necessidades/problemas comuns, objetivando processo de elaboração de solução de problemas coletivos e supondo-se a autonomia das comunidades, de maneira a não se caracterizar ações de cunho meramente assistencialista por parte da Universidade. O respeito aos valores culturais das comunidades atendidas constitui, neste âmbito, esforço para garantir a legitimidade da proposta de atuação, e exigência de postura dialógica e não autoritária por parte da Instituição de Ensino Superior.

Nesse contexto, Paulo Freire (1983) destaca-se como um dos primeiros críticos do processo educacional e da extensão convencional, tendo proposto o estabelecimento de uma relação dialógica entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados a cada realidade, além da troca de saberes como uma forma de (re)valorização da cultura local.

Esta postura se expressa, claramente, na definição de que a proposta de atuação extensionista cabe explorar e apropriar as vivências e experiências do cotidiano das comunidades, com o objetivo de compartilhar reflexões e práticas sociais em relação mútua de ensino-aprendizagem. Esta noção implica em admitir, no diálogo Universidade-Sociedade, a articulação entre saber popular e práticas sociais das comunidades, e saber acadêmico e prática social da vida universitária; além de supor, necessariamente, o envolvimento da própria comunidade nas propostas de atuação.

Na atualidade, a importância da Reforma Agrária tem se transferido da esfera dos conflitos, inerentes à luta pela terra (ocupações, acampamentos), dinâmicas retratadas por Fernandes (1998 e 2000), para a luta na terra (Gonçalves, 2004), que é a luta cotidiana das famílias assentadas para produzirem riquezas e se reproduzirem no campo.

Por sua vez, os assentamentos rurais são comunidades de agricultores que na dinâmica da luta pela terra conquistaram a condição de camponeses, e que vivenciam uma intensa transição de situação social, já que, gradativamente, construíram efetivamente uma comunidade rural e, individualmente ou coletivamente, conquistam elementos de cidadania, entre os quais saúde, educação, produção, cultura, consumo.

Além disso, na luta na terra, um conjunto diverso de desafios resultam nos processos de produção de alimentos pelas famílias, que direcionam sua produção para o auto-sustento e para o mercado, estruturando a organização da produção e suas dinâmicas complementares, acessando financiamentos agrícolas em instituições bancárias, recebendo de técnicos da EMATER a orientação de investimentos e a extensão rural, acessando ou adaptando tecnologias às suas realidades, mas também fazendo as festas, discutindo coletivamente os problemas dos assentamentos em grupos e associações.

Diversos trabalhos, entre os quais Almeida (1996), Bergamasco (2003), Brenneisen (2000), FAO/INCRA (1998), FAO/INCRA (1996), Gonçalves (2004), Spadovek (2003), Graziano Neto (1996, 1991), retrataram as problemáticas revelando os dilemas, mas também os avanços e as conquistas dos assentamentos rurais em diversos lugares por todo o Brasil.

Em Ituiutaba, inexistiam documentos, projetos e pesquisas que retratassem a realidade dos assentamentos rurais, até porque pesquisadores ainda não se interessaram pelo tema na escala local. Porém, o projeto intitulado “PROEXT/2011 - Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: educação inclusiva, autonomia econômica e participação

política”, sob a coordenação da professora da UFU/Campus Ituiutaba, Soraia Veloso Cintra, desenvolveu atividades de extensão ao longo do ano 2012, permitindo uma primeira aproximação entre as comunidades assentadas e a Universidade, via grupo de docentes e estudantes.

Este projeto PROEXT foi o pontapé inicial para uma aproximação da com a comunidade e a percepção da necessidade de dinamizar ainda mais os laços pré- estabelecidos entre Universidade e Comunidades assentadas.

Reconhecemos em nossos projetos que a Reforma Agrária representa demanda por cidadania. E, em vista dos múltiplos problemas sabidamente existentes em áreas reformadas (assentamentos rurais), nos propusemos a levantar as situações problemas e articular projetos de intervenção que permeassem o desenvolvimento rural sustentável.

Logo, o projeto de pesquisa proposto e os projetos de extensão são complementares, dado as primeiras percepções sobre situações problemas, elencadas a partir do Projeto Proext, mas que foram redimensionadas a partir dos levantamentos e da pesquisa participante.

Seguindo as contribuições de Demo (1984), a pesquisa participante envolve três momentos essenciais, a saber: 1 – O autodiagnóstico, que seria a confluência entre conhecimento científico e saber popular. Este momento conduziria à cidadania e esta, por sua vez, estaria à serviço da autonomia; 2 - A estratégia de enfrentamento prático dos problemas encontrados- seria o percurso entre a teoria e a prática. 3 - Por fim, o momento da necessidade de organização política, que consistira na definição da estratégia de enfrentamento do problema propriamente dito.

Ademais, procuramos inserir no dia a dia das comunidades a preocupação e o entendimento sobre as questões ambientais, bem como a discussão sobre desenvolvimento rural sustentável, referenciado nos entendimentos sobre a Agroecologia e suas potencialidades, tão bem retratadas por Caporal e costabeber (2002, 2006), e a partir do trabalho entre levantamento das situações problema, diagnósticos, debates, cursos de formação e capacitação, forjar uma dinâmica de busca pela autonomia (FREIRE, 1996), que conduza a um conjunto de ações comunitárias que leve a superação dos problemas existentes, buscando a autonomia econômica, cultural e ambiental, conforme Carvalho (2002).

A seguir, descortinamos as principais ações e realizações empreendidas nos 2 anos de execução do projeto.

Metodologia

A metodologia do trabalho foi executada em 4 (quatro) fases distintas e complementares, onde se projetou os seguintes passos:

1 - Extensão e Pesquisa – Estudo Prévio e Preparação

Nesta fase, realizamos estudos aprofundados de bibliografias que possibilitaram à equipe do projeto - formada por professor coordenador, professores colaboradores e alunos de graduação, bolsistas ou apoiadores – a terem um dimensionamento da realidade geral do desenvolvimento rural, da reforma agrária e dos assentamentos

2 - Fase Alfa – Diagnóstico e imersão na realidade local.

Um princípio básico da fase Alfa foi a realização da pesquisa científica com o envolvimento da comunidade, priorizando sempre a pesquisa participante, de maneira a se chegar a um diagnóstico da realidade das comunidades rurais estudadas.

Nesta fase, utilizaremos como princípio a técnica denominada DRP – Diagnóstico Rural Participativo, que nada mais é do que um método de estudo que tem como objetivo a avaliação da realidade de uma determinada comunidade, dos problemas e suas respectivas soluções, visando aumentar a participação e capacidade da população de atuar localmente.

O DRP possui bases flexíveis podendo ser adaptadas às características do projeto e a realidade local (VILLA, 2006). A realização do DRP utilizando uma metodologia participativa, que pressupõe ações mais democráticas, dialógicas e participativas, capazes de tornar claro como e em que momento a família pode auferir ganhos econômicos e sociais (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

3 - A Fase Beta - Socialização, Debate e Encaminhamentos Sociopolíticos.

A fase Beta foi a fase de apresentação dos relatórios da fase Alfa, que continham o balanço das informações sobre as realidades das famílias dos assentamentos Chico Mendes (49 famílias), Divisa (27 famílias) e Engenho de Serra (60 famílias). Portanto, esta fase tratou do conjunto de atividades de socialização, debate e encaminhamentos das informações coletadas via DRP.

4 - A Fase Ômega: formação, capacitação, sustentabilidade e renda.

A fase Ômega foi pensada de maneira transversal, pois as atividades projetadas envolveram diversas dimensões da realidade das comunidades rurais, no sentido de fomentar a extensão universitária.

Ações e dinâmicas extensionistas

Na Fase 1 do projeto, realizamos a preparação geral dos passos necessários para a ida às comunidades e o desenvolvimento das fases e afazeres posteriores. Foi a fase onde o conhecimento acadêmico foi pensado para a formação de agentes de extensão e capacitação de futuros pesquisadores.

Na Fase Alfa priorizamos o contato direto com os produtores por meio de entrevista semiestruturadas, versando sobre aspectos diversos das famílias (dados familiares em relação a sexo, idade, estado civil, condições de moradia, de renda. Levantamos o tamanho da propriedade rural da família, usos produtivos do solo, destino do lixo, problemas ambientais encontrados na unidade produtiva, produção de pequenos, médios e grandes animais. Acesso a assistência técnica, educação, capacitação, bem como saúde no meio rural. Acesso a água e preservação de nascentes. Transporte particular e coletivo. Mecanização, bens de consumo etc), bem como elementos simbólicos e da percepção social de seus respectivos assentamentos (gostam de viver no campo? Quais as maiores dificuldades encontradas no meio rural? Qual o nível de organização e participação social para a superação dos problemas citados? Entre outras).

As entrevistas desempenharam um papel muito importante no DRP, pois permitiram o diagnóstico dos atores sociais e da realidade dos assentamentos, favorecendo o processo de autogerenciamento do planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2006). As técnicas de entrevista semi-estruturada possuem como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos.

Além disso, a interação entre os entrevistadores e o entrevistados favoreceram a obtenção de respostas que, reunidas em tabelas, gráficos, bem como cartogramas, representaram pois, o dimensionamento das questões econômicas, sociais, políticas, ambientais, bem como os problemas inerentes aos assentamentos rurais estudados. Com base nas informações coletadas

a campo, foram produzidos Relatórios, cujo conteúdo foi repassado em reuniões coletivas, onde participaram as famílias assentadas. Ao saberem dos resultados da pesquisa, iniciamos a fase Beta.

A Fase Beta foi muito interativa, pois demandou uma série de reuniões coletivas em cada assentamento, sendo convidadas todas as famílias, bem como suas lideranças, onde os membros da equipe do projeto apresentaram os resultados das pesquisas realizadas, socializando as informações com os presentes.

A partir da apresentação, foram abertos espaços de diálogo e debates sobre os pontos e resultados pesquisados, cujo conteúdo foi gravado e transcrito para compor o documento final, na forma de um relatório de atividades e informações.

Nosso interesse foi de permear a discussão coletiva, ampliando a capacidade de elaborar o diagnóstico das comunidades e de posse destas informações, que as comunidades formalizassem, posteriormente, propostas de intervenção, cujo dimensionamento resultou em documentos encaminhados aos órgãos públicos e instituições que tinham e tem responsabilidade e capacidade de atuação nos temas elencados, dentre os quais, INCRA, Emater, Prefeitura Municipal de Ituiutaba, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Brasil, enfim.

Para que os documentos diagnósticos resultassem em ações efetivas de cobrança e busca por soluções, colaborando na dinâmica política dos assentamentos, propomos a criação de uma Comissão de Famílias assentadas por assentamento, composta por 5 membros, sendo homens e mulheres, cuja responsabilidade, mediante o apoio da UFU, foi procurar entidades que tinham e tem compromissos ou responsabilidades sobre os assentamentos rurais em tela, fazendo as mesmas tomarem conhecimento sobre os problemas sociais elencados nas pesquisas, sendo cobrados para apresentarem soluções para estes problemas.

Queremos destacar que as fases Alfa e Beta foram complementares, sendo realizadas sequencialmente, assentamento por assentamento durante 24 meses.

Porém, o trabalho não se esgotou na pesquisa. Como havia a necessidade de pensar a questão da extensão, iniciamos posteriormente, uma série de ações de extensão cuja dinâmica era pensar a formação, a capacitação, a busca pela sustentabilidade e a geração de renda. Tais ações foram tipificadas como fase Ômega.

Partindo de um conhecimento prévio das comunidades em questão, baseado no trabalho desenvolvido nos primórdios de 2012, realizamos um conjunto de atividades de extensão que possibilitaram às famílias assentadas o acesso à formação político-cultural, a capacitação visando o aumento da produtividade nos sistemas agropecuários existentes, a busca pela sustentabilidade nos sistemas produtivos, bem como a geração de emprego e renda no meio rural, como elementos fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável.

Partindo dos pressupostos acima, a fase Ômega contemplou o desenvolvimento de Oficinas e Cursos. Os cursos (quadro 01) foram o conjunto de atividades de 16 a 24 horas de duração, com a finalidade de proporcionar a capacitação e aprimoramento nas atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos, sobretudo as mulheres assentadas, visando a geração de renda.

Esses cursos tiveram ampla procura, de maneira que após a realização de atividades com algumas mulheres assentadas, outras se interessaram e foram necessários abrir novas turmas e refazer o processo, desta vez, utilizando as próprias assentadas formadas como monitoras extensionistas.

Através dos cursos, procuramos fortalecer e ampliar os conhecimentos das famílias assentadas em torno de processos e tecnologias de transformação da sua produção, na perspectiva da alimentação familiar e da venda ao mercado consumidor com algum valor agregado.

Cada curso foi monitorado por profissional especialmente convidado ou contratado pelo projeto, o número de participantes variou de 15 a 20 assentadas, e para conseguirmos o maior número de participantes entre todas as famílias assentadas, houve a oferta de dois cursos e a participação de mulheres dos diversos assentamentos ituiutabanos (Figura 01).

Quadro 1 – Cursos da Fase Ômega.

Curso	Temática	Nº de Cursos	Ementa
Processamento de Derivados do Leite	Indústria Rural	2 cursos	Processamento de queijos e iogurte a partir do leite produzido pelos assentados, com a intenção de agregar valor à produção
Processamento de Frutas na forma de Doces e Geléias	Indústria Rural	2 cursos	Processamento de matérias primas de pomares e frutos dos cerrados, visando a qualidade da alimentação e geração de produtos para a venda no mercado

Artesanato	Indústria Rural	2 cursos	Técnica de qualificação da mão de obra rural para a produção de artesanato
Picles e Conservas	Indústria Rural	2 cursos	Processamento de matérias primas das hortas visando a qualidade da alimentação e geração de produtos para a venda no mercado
Bolos, Pães e Doces	Indústria Rural	2 cursos	Processamento de trigo voltado à produção de pães, bolos e doces para a venda no mercado

Fonte: Relatório Fapemig, 2015.



Figura 01: Curso de Picles e Conservas (esquerda) e curso de Bolos, Pães e Doces (direita), 2014.

Fonte: Sérgio Gonçalves (com autorização das assentadas/os).

Por sua vez, as Oficinas (quadro 02) foram atividades coletivas com duração de 2 a 8 horas, com caráter coletivo (reunião de pessoas com o mesmo interesse), informativo (conduza a uma percepção de situações-problemas), capacitivo (conduza a conhecimentos que permitam a solução das situações problemas elencadas) e sócio-cultural (leve ao campo o conhecimento e a prática das atividades culturais e lúdicas, em que pese a arte, a música, a dança, entre outros). Nota-se a preocupação com o conhecimento da legislação, a intervenção ambiental, o conhecimento técnico e tecnológico, o lazer e a renda.

Quadro 2 – Oficinas da Fase Ômega.

Nº Ordem	Título	Temática	Ementa
Oficina 1	Recuperação de Áreas Degradadas de APP	Ambiental	Reconhecimento e levantamentos da situação de leitos de rios e das áreas destinadas à preservação permanente em cada assentamento, debatendo iniciativas para contornar os problemas e recuperar mananciais e florestas.

Oficina 2	Legislação Ambiental 1	Ambiental	Acesso às informações legais sobre uso do solo, corte de madeira, uso das águas de mananciais e poços, direitos e responsabilidades dos proprietários rurais sobre o meio ambiente, destinação de resíduos sólidos e defensivos
Oficina 3	Agroecologia	Ambiental	Técnicas e práticas sustentáveis da produção agropecuária
Oficina 4	Solos	Ambiental	Preservação e cuidados com os solos agrícolas, visando aumento da produtividade e boas práticas de manejo
Oficina 5	Pastagem com Floresta	Ambiental	Produção de pastagem com a incorporação de linhas de eucaliptos, gerando sombreamento e garantindo a produção de madeira e lenha
Oficina 6	Viveiro de mudas	Ambiental	Viveiro de mudas comunitário – gerenciamento e produção sustentável
Oficina 7	Ação do Estado no Meio Rural	Políticas Públicas	Programa de Aquisição de Alimentos (mercado Institucional ou PAA), ação do INCRA no meio rural, Programa Minha Casa Minha Vida no meio rural
Oficina 8	Regularização de Lotes e Regularização Financeira	Políticas Públicas	Capacitar os agricultores que adquiriram lotes de reforma agrária para sua efetiva regularização de posses, bem como fomentar no meio rural as possibilidades de solução do problema de dívidas bancárias ou o acesso a linhas de crédito via projetos de fomento como o Pronaf.
Oficina 9	Bovinocultura a Leiteira	Produção Rural	Disseminação de técnicas ligadas ao gerenciamento da atividade rural, controle de pragas e doenças, produtividade de pastagens e capineiras, produção de silagem, homeopatia, organização coletiva via associativismo
Oficina 10	Teatro Rural	Cultura	Oficinas de teatro.
Oficina 11	CineCampo	Cultura	Apresentação de filmes, documentários e vídeo-cursos no meio rural
Oficina 12	Ação Social	Direito	Discussão sobre sindicalização e direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais
Oficina 13	Psicologia Social	Psicologia	Oficina de psicologia social, visando a interação e o desenvolvimento coletivo comunitário
Oficina 14	Movimentos Sociais	Organização Social	Oficina de sobre a importância da organização social e dos movimentos sociais para o desenvolvimento rural

Fonte: Relatório FAPEMIG, 2015.

Resultados positivos e negativos obtidos.

O projeto de extensão apresentado foi de grande importância tanto para a equipe extensionista, composta pelo orientador, 2 orientandos bolsistas e 3 orientandos colaboradores, quanto para as famílias envolvidas.

Nos dois anos de desenvolvimento, ocorreram muitas situações de troca de saberes e impressões. A parceria que era um tanto tímida no começo, se estruturou e ganhou força. No decorrer do projeto, mais do que parceiros, nos tornamos cúmplices, não só pela potencialidade da Universidade em agir institucionalmente, como força política, formativa e educacional, mas

pela ação sociopolítica entre os envolvidos, tendo em vista que o orientador e outros docentes passaram a ser convocados periodicamente em reuniões nos assentamentos a fim de contribuir com diversas necessidades que apareceram o longo do projeto e que repercutiram nos últimos anos em novas ações e projetos.

Podemos citar novos projetos no campo formativo, projetos na área de saúde, formação de grupos de produção, início de uma cooperativa de assentados, organização de feira de produtores realizada no Campus do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, onde mulheres assentadas passaram a vender produtos, assentados que reestruturaram a produção e instalaram agroindústrias rurais, aproveitando os conhecimentos obtidos nos cursos, incrementando a sua produção e renda.

Verificamos um crescimento pessoal importante em relação aos alunos participantes do projeto, mas o resultado maior tem sido a construção de uma relação amistosa entre assentados e Universidade.

É certo que ocorreram problemas. Em primeiro lugar, o projeto foi superdimensionado, o que resultou em grande custo, muito trabalho para uma equipe pequena, e grande demanda dos assentados, o que dificultou em alguns casos dar as respostas que nos foram pedidas, pois em um ambiente de falta de políticas públicas e falha no funcionamento de algumas instituições, a UFU – Universidade Federal de Uberlândia passou a ser a referência, inclusive em temas de saúde, previdência, direitos, enfim.

Em segundo lugar, a própria crise da universidade em disponibilizar recursos, pois no início do projeto havia uma execução financeira, na forma do apoio com transporte, e no decorrer do projeto o corte destes apoios, de maneira que as ações passaram a ocorrer com o uso de veículo do orientador. Esta limitação impossibilitou a ocorrência de outros projetos, e como falamos em distâncias importantes, de 40 a 100 km de distância, um trabalho iniciado em 2012, que ganhou força entre 2015/2017, esmoreceu nos anos seguintes pelos entraves logísticos. Ademais, acabaram outras fontes de projetos de extensão.

A dinâmica política e econômica observada nos últimos anos nos afastaram dos assentamentos, não por querermos, mas por não podermos dar continuidade às alianças construídas no passado. Vez por outra ainda vamos nos assentamentos, mas em visitas esporádicas e somos cobrados na retomada dos cursos, na retomada das capacitações e na retomada das reuniões. Esta tem sido na avaliação do grupo universitário e na avaliação dos

assentados a pior perda: a quebra de uma parceria que foi muito forte e produtiva e o distanciamento forçado por parte do fim das fontes de financiamentos de projetos extensionistas.

Porém, apesar de esporádicas, nos assentamentos e no meio urbano, encontramos os assentados organizados em suas associações, reforçando – ainda que com pequenos conflitos, seus laços de interação social e econômica, participando de feiras, disputando projetos nos programas institucionais (PENAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar), estruturando as agroindústrias, utilizando as informações prestadas e coletadas a fim de busca de soluções junto ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sobretudo em relação aos lotes com ocupação irregular, bem como cobrando da Prefeitura providências em relação a estradas e rurais, saúde e assistência técnica.

Considerações Finais:

As áreas de assentamento rurais contemplam uma miríade de situações problemas que necessitam de uma pesquisa qualitativa para serem elencadas. Porém, tal diagnóstico não faz sentido sem o envolvimento comunitário e a conjugação de esforços de instituições e organizações parceiras para a superação dos problemas.

Compreender as múltiplas dimensões da realidade agrária dos assentamentos é uma tarefa urgente e necessária e a Universidade pode e deve ser parceira na busca do entendimento da realidade dos assentamentos rurais, na interpretação de duas demandas, na oferta de capacitação dos produtores rurais assentados para promover a interação social e o desenvolvimento rural.

A Universidade, por meio de seus agentes extensionistas, pode contribuir como articuladora da pesquisa e da extensão, bem como da capacitação das famílias rurais assentadas, valorizando não só a geração de renda, como também o conhecimento de diversas facetas da realidade, como a cultura, a ecologia, a preservação ambiental, enfim.

Agradecimentos.

Gostaríamos de agradecer à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pela concessão de duas bolsas e dos recursos necessários ao desenvolvimento

das atividades, e agradecer às famílias assentadas que muito tem contribuído para o sucesso do projeto.

Referências Bibliográficas.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. (Estudos Rurais, 12).

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e renda**. São Paulo, Terceira Margem, 2003.

BIANCHINI, V. **O Universo da Agricultura Familiar e Sua Contribuição ao Desenvolvimento Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. 3.ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.p.15-50.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/ RS-ASCAR, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2006.

CARVALHO, Horácio Martins. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba: Peres, 2002. p. 233 – 259.

CRUZ, Nelson Ney Dantas. Modos de vida e territorialidades nos assentamentos de Reforma. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 16, dez. 2008. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/12680>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: mito e realidade**. Rio de Janeiro, SENAC/DN, 1984.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/ BRA, agosto de 1996.

FAO/INCRA. **Principais Fatores Que Afetam O Desenvolvimento Dos Assentamentos De Reforma Agrária No Brasil**. Brasília, 1998.

FAO/INCRA. **Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Projeto BRA87/022 - FAO/PNUD/MARA, 1992.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In **Boletim Paulista de Geografia**, nº 85, p. 83-129. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo, 1998.

Revista Extensão em Foco, nº 17, Out./ Dez. (2018), p. 18 - 39.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Petrópolis: Paz e Terra, 2001. p.152.

SPADOVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária brasileira.** São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo – Guia Prático DRP.** Brasília: MDA/SAF/DATER, 2006.